



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



EDITAL

TOMADA DE PREÇO Nº 048/12

O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, através do GABINETE DE COMPRAS E LICITAÇÕES PÚBLICAS, torna público, a quem possa interessar que, em obediência ao que preceitua a Lei Federal Nº 8.666/93, em suas normas gerais e demais normas que regem a matéria, fará realizar Licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO, de acordo com as disposições e demais elementos integrantes deste Edital, devendo os interessados apresentar os envelopes nº 01 - (DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO) e nº 02 - (PROPOSTA DE PREÇO) até às 13:30 hs do dia 05/12/2012 no Gabinete de Compras e Licitações Públicas - GABEX, situado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 458 - Centro, onde se realizará a sessão de abertura dos invólucros.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objetivo a contratação de uma empresa especializada em locação, transporte, montagem e operação de 50(cinquenta) sanitários químicos para instalação no perímetro urbano (permanente), e na orla da praia do Balneário Cassino, numa extensão de 15 km, no Município do Rio Grande - Cassino/RS, conforme especificado no Anexo I (Memorial descritivo de Serviços), os quais fazem parte integrante deste instrumento para todos os efeitos legais e/ou convencionais.

1.1.1. Quatro sanitários deverão ser para portadores de necessidades especiais.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar da Licitação todas as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto desta Tomada de Preço, que atenderem às exigências deste Edital.

2.2. Será vedada a participação de empresas, quando:

2.2.1. Declaradas inidôneas por Ato do Poder Público.

2.2.2. Sob Processo de Concordata ou Falência.

2.2.3. Impedidas de licitar, contratar, transacionar com a Administração Pública ou qualquer de seus órgãos Descentralizados.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



2.2.4. Reunidas em consórcio.

2.2.5. Enquadradas nas disposições do Art. 09, da Lei Federal Nº 8.666/93.

2.2.6. Sejam constituídas em Cooperativas de trabalho, nos termos de compromisso de ajustamento de conduta celebrado entre o Ministério Público do Trabalho da 4ª Região e o Município de Rio Grande.

3. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas deverão ser apresentadas em dois invólucros, a saber:

DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

A documentação de habilitação será apresentada em 01 (uma) via e a proposta também em 01 (uma) via original, na data, hora e local indicados no aviso deste Edital, os interessados apresentarão os envelopes fechados e indevassáveis, no Gabinete de Compras e Licitações Públicas - GABEX, situado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 458 - Centro, com os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
INVÓLUCRO Nº 01: TOMADA DE PREÇO Nº 048/12
PARA CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA EM
FORNECIMENTO, TRANSPORTE, MONTAGEM E OPERAÇÃO DE SANITÁRIOS
QUÍMICOS..

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
INVÓLUCRO Nº 02: TOMADA DE PREÇO Nº 048/12.
PARA CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA EM
FORNECIMENTO, TRANSPORTE, MONTAGEM E OPERAÇÃO DE SANITÁRIOS
QUÍMICOS.

PROPOSTA DE PREÇO.
PROPONENTE:

4. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



4.1. Certificado de Registro Cadastral emitido por esta Prefeitura, desde que atenda às exigências da Lei Federal Nº 8.666/93.

4.1.1. O Certificado de Registro Cadastral deverá estar com toda a documentação em dia, não se permitindo apresentação dos mesmos na data e hora marcados para abertura da Documentação de Habilitação.

4.2. Declaração de superveniência de fato impeditivo a contar da data da emissão do Certificado de Registro Cadastral.

4.3. Declaração de observância à Constituição Federal, que em seu artigo 7º. inciso XXXIII, proíbe o trabalho de menores de 18 anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres e de menores de 16 anos em qualquer trabalho, exceto na condição de aprendizes, a partir de 14 anos.

4.4. Um ou mais atestados, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, comprovando o desempenho de atividade pertinente em características com objeto da licitação.

4.5. Licença de Operação expedida pela FEPAM.

4.6. Cadastro Técnico Federal do IBAMA.

4.7. Contrato com a CORSAN, referente a demanda mínima do serviço e do tratamento de efluentes.

4.8. Manifesto de Carga conforme norma da CORSAN.

4.9. Contrato com empresa de Consultoria Ambiental, para emissão de Laudos de Monitoramento e vistorias.

4.9. Ficha de Segurança e Laudo Técnico do Bactericida Biodegradável para limpeza de sanitários e para neutralizar o Ph dos efluentes.

4.10. Cópia de Declaração de Enquadramento ou Certidão Simplificada em Micro Empresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP autenticada e emitida pela Junta Comercial, ou Declaração Simplificada de Pessoa Jurídica fornecida pela Secretaria da Receita Federal, caso se tratar de ME ou EPP.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



4.10.1. Caso não utilizada a faculdade prevista no sub-item 4.10, a empresa não será desclassificada, mas será considerado que a licitante optou por renunciar aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 de 14/12/2006.

4.10.2. Só serão concedidos os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 de 14/12/2006 a empresa que ficar habilitada como ME ou EPP na fase de habilitação conforme Item 4.10.

4.11 Declaração do proponente, firmada também pelo seu responsável legalmente habilitado, de que, através de visita deste ao local dos serviços, aceita como válida a situação em que se encontra aquele local para a realização dos serviços.

4.12. A documentação exigida poderá ser apresentada no original, por qualquer processo de cópia autenticada, por publicação da imprensa oficial ou excepcionalmente por cópia a ser autenticada pela Comissão julgadora da Licitação ou Funcionário especialmente designado pelo Presidente mediante a apresentação do documento original.

4.12.1. Estão isentos da exigência contida neste item os documentos emitidos através da Internet, os quais terão sua validade verificada *online* pelos membros da Comissão.

4.13. Os documentos que dependerem de prazo de validade e que não contenham prazo de validade especificado no próprio corpo, em Lei ou neste Edital, devem ter sido expedidos no máximo até 90 (noventa) dias anteriores a data de abertura dos invólucros.

5. DA PROPOSTA

A proposta deverá ser apresentada da seguinte maneira:

5.1. Proposta comercial, do preço global, em moeda corrente nacional, em algarismos, datilografada ou digitada em papel timbrado, não podendo ser manuscrita, nem conter emendas ou rasuras, de forma clara e precisa, assinada pelo licitante ou seu representante legal, devidamente identificado. No referido preço total já deverão estar incluídos eventuais vantagens, e/ou abatimentos, tributos e demais encargos, como segue:

5.1.2. A proposta deverá conter ainda:



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



a) apresentar declaração de que fornecerá profissionais para instalação dos equipamentos devidamente uniformizados, com clara identificação da empresa;

b) apresentar declaração que utilizará equipamentos de segurança necessários as fases de instalação e desinstalação dos banheiros .

c) apresentar declaração expressa de aceitação das condições deste Edital, sem restrição de qualquer natureza e de que, se vencedora da licitação executará os serviços de acordo com as normas e especificações vigente neste município.

d) apresentar declaração de que o preço proposto compreende todos os serviços, materiais e encargos necessários a sua completa realização, mencionando o valor do último dissídio da categoria para base da proposta apresentada.

5.2. Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60(sessenta) dias contados da data de abertura da documentação de habilitação.

5.2.1. Havendo omissão do prazo de validade da proposta, será considerado o prazo de validade mínimo estabelecido no item 5.2.

5.3. Serão desconsideradas as propostas que forem manifestamente inexecutáveis, presumindo-se como tal, aquelas que contiverem preços unitários vis ou excessivos.

5.4. A não apresentação das propostas financeiras na forma como determina o item 5.1. implicará na desclassificação da proposta ou propostas apresentadas.

6. DO RECEBIMENTO, DA ABERTURA, DO JULGAMENTO E DA HOMOLOGAÇÃO

6.1. DO RECEBIMENTO

6.1.1. Os invólucros, na forma deste Edital, serão recebidos até as **13:30** hs do dia **05 de dezembro de 2012**, no Gabinete de Compras e Licitações Públicas - GABEX, na Rua Marechal Floriano Peixoto, 458 – Centro, sendo que após este horário, não serão mais aceitos em hipótese alguma.

6.2. DA ABERTURA

6.2.1. A abertura das propostas será realizada às **14:00** horas no local estabelecido no preâmbulo deste Edital.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



6.2.2. É facultativa a presença de representante das firmas, caso se faça presente, o mesmo deverá se apresentar devidamente credenciado e identificado, para o processo de abertura dos envelopes.

6.2.2.1. A licitação transcorrerá em sessão pública sendo que somente o representante credenciado e identificado de cada uma das licitantes terá o direito a manifestação.

6.2.3. Após o recebimento dos invólucros citados no item 3, serão abertos os envelopes da DOCUMENTAÇÃO contendo os documentos de habilitação, sendo estes examinados e rubricados pela Comissão Julgadora da Licitação e, facultativamente, pelos representantes credenciados das empresas licitantes.

6.2.4. Se todas as propostas forem desclassificadas, a critério da Administração, poderá fundamentadamente ser concedido prazo de 08 (oito) dias úteis para as Licitantes apresentarem outras propostas.

6.2.5. De cada sessão pública será lavrada Ata circunstanciada dos trabalhos, a qual deverá ser assinada pelos membros da Comissão Julgadora da Licitação e, pelos representantes das empresas licitantes presentes.

6.2.6. Os recursos devem ser encaminhados ao Gabinete de Compras e Licitações Públicas, na forma e nos prazos previstos na Lei Federal nº 8.666/93, sendo anexado(s) ao processo de licitação.

6.3. DO JULGAMENTO

O Processo Licitatório será julgado pela Comissão Julgadora da Licitação da seguinte forma:

6.3.1. Julgamento da documentação, levando em conta o atendimento às exigências do Edital, no item 4 - DOCUMENTAÇÃO.

6.3.2. Julgamento da proposta levando em conta o atendimento às exigências do Edital, no item 5 - PROPOSTA.

6.3.3. Em qualquer fase do julgamento, o não atendimento ou a insuficiência de comprovação de alguma exigência constante do Edital, implicará em inabilitação ou desclassificação do licitante.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



6.3.4. Em caso de empate entre duas ou mais proponentes a vencedora será escolhida por sorteio, em sessão pública.

6.4. O julgamento da habilitação e da proposta constitui ato interno da Comissão Julgadora da Licitação, a qual comunicará aos licitantes presentes, a respeito de suas decisões.

6.5. DA HOMOLOGAÇÃO

6.5.1. A comissão Julgadora da Licitação efetuará a classificação das propostas, procederá o julgamento, recomendará vencedora a firma que ofertar o **menor preço global**, encaminhando o processo à Autoridade competente para homologar e adjudicar o certame.

6.5.1.1. Decorrido o prazo de validade das propostas estabelecido no sub-item 5.2, sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

6.5.1.2. É facultada a Comissão Julgadora da Licitação ou a Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

7. DOS PRAZOS E REAJUSTE

7.1. O prazo de vigência do contrato decorrente desta licitação será de 77(setenta e sete) dias, contados da data de expedição da "Ordem de Início de serviço", podendo ser prorrogado por mais 30(trinta)dias, a critério da contratante.

7.1.1. Os preços apresentados de acordo com a Legislação vigente, serão irreajustáveis.

7.2. Os serviços deverão ser totalmente implantados a contar de 15 de dezembro de 2012, após a data de assinatura do contrato e respectiva ordem de início do serviço.

7.3. A adjudicatária será convocada para, no prazo de 03 (três) dias corridos, contados da data de recebimento da convocação, assinar o Termo de Contrato, atendidas as seguintes exigências:

7.3.1. Indicar o preposto que representará a empresa durante a execução dos serviços.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



7.4. Havendo recusa da adjudicatária em assinar o contrato no prazo estabelecido, é facultado a Administração convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e condições.

7.5. O início da execução dos trabalhos será contado a partir da data de expedição da "Ordem de Início dos Serviços", pela Secretaria Especial do Cassino – SEC.

7.5.1. O prazo contratual será contado a partir da data de expedição "Ordem de Início do Serviço", na forma prevista no sub-item 7.5.

7.6. As alterações contratuais obedecerão a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

8. DA GARANTIA

8.1. Por ocasião da assinatura do contrato a proponente deverá apresentar garantia, equivalente a 5 % (cinco por cento) do valor global por contrato junto à Tesouraria Municipal da Fazenda deste Município, conforme Lei nº. 8.666/93, em seu Art. 56, Parágrafo 1º.

8.2. A Garantia será liberada por ocasião do término, do contrato, satisfeitas às exigências contratuais.

8.3. No caso da garantia ser em moeda corrente, a mesma será aplicada em conta remunerada.

8.4. Em caso de infração contratual ensejado pela contratada, a Garantia descrita no item 8.1., reverterá aos cofres do município.

9. PAGAMENTO

9.1. O prazo para pagamento das faturas será de 07 (sete) dias úteis, da apresentação das mesmas, mensalmente, irrecorríveis, após atestado expedido pela SEC, quanto ao fiel cumprimento das obrigações, sem o qual não será efetuado qualquer pagamento, mediante a comprovação de quitação de pagamento referente a salários e encargos sociais, tais como INSS e FGTS, cópia dos recibos de entrega dos vales transportes, dos vales alimentação, dos uniformes e de outros benefícios estipulados na Convenção Coletiva de Trabalho, cópia dos pagamentos de férias, e, no caso de empregados demitidos, das verbas rescisórias, perante a Secretaria Especial do Cassino - SEC, a saber:



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



9.1.1. Esses documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da SEC.

9.1.1.2. As faturas expedidas serão o resultante dos serviços executados no espaço de 30 (trinta) dias, apurados pela fiscalização da SEC e por esta recebido.

10. DA RESCISÃO

10.1. A falência provocará a rescisão de pleno direito do contrato, como também a declaração judicial de insolvência e abertura do concurso de credores.

10.1.1. A ausência de comprovação mensal da regularidade nos pagamentos dos encargos trabalhistas, sociais, impostos municipais e taxas, implicarão em imediata suspensão do contrato.

10.2. Outrossim, constituirão motivos para rescisão dos contratos:

10.2.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais.

10.2.2. A paralisação dos serviços sem justa causa e sem prévia comunicação à Prefeitura.

10.2.3. A rescisão dará causa à perda das garantias realizadas ou a cobrança global da fiança bancária por parte da Prefeitura, quando for o caso, sem prejuízo de outras sanções previstas no presente edital e na legislação vigente.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, a saber:

- a) multa administrativa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de 02 (dois) anos.

11.2. A contratada ainda estará sujeita, independentemente de advertência e/ou interpelação judicial ou extrajudicial às seguintes multas:

11.2.1. Pela falta de limpeza completa, multas no valor equivalente ao preço de serviços de limpeza e conservação de 10 dias de trabalho.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



11.2.2. Emprego de mão-de-obra sem uniformes, falta de material, reclamação contra falta de educação da equipe, uso de bebidas alcoólicas em serviço, será aplicada multa equivalente ao preço de serviço de limpeza de 10 dias de trabalho.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Caberá a contratada:

12.1.1. Obter todas as licenças e franquias;

12.1.2. O pagamento de emolumentos prescritos em Lei e observação de todas as posturas referentes ao serviço;

12.1.3. Despesas decorrentes de Leis Trabalhistas e que digam respeito ao serviço contratado;

12.1.4. Custear todas as despesas, tais como: equipamentos, materiais de segurança, uniformes, acessórios e toda mão-de-obra necessária à execução do serviço.

12.2. A contratada, na vigência do contrato, será a única responsável, perante terceiros, pelos atos praticados pelo seu pessoal e pelo uso dos equipamentos, excluindo a Municipalidade de quaisquer reclamações e indenizações. Serão de sua inteira responsabilidade todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual de todos os danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros.

12.3. Não caberá qualquer cessão, subcontratação ou transferência do contrato a ser firmado com a Prefeitura Municipal.

12.4. A Licitante vencedora da licitação, caso não seja estabelecida no Município, deverá providenciar sua inscrição junto a Secretaria Municipal da Fazenda.

12.5. As despesas decorrentes da contratação serão suportadas com recursos financeiros previstos nas verbas próprias do orçamento vigente e futuros da Prefeitura, que serão suplementados, se necessário, para o regular empenho em nome da empresa que vier formalizar ajuste para a execução dos serviços.

12.6. O regime será o de execução indireta, na modalidade empreitada por preço global.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



12.7. O Município se reserva o direito de emitir Ordem de Serviço de algum, de todos ou nenhum serviço, de acordo com sua conveniência.

12.8. A contratada deverá dispor de instalações próprias e fixa para guardar o material e equipamento necessário, sendo que em hipótese alguma poderão permanecer nas dependências das Unidades Municipais.

12.9. Não serão desclassificadas propostas pela simples ocorrência de vício que, a juízo da Comissão Julgadora, puder ser sanável, sem a quebra de igualdade de tratamento oferecido a todas as empresas licitantes.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O presente Edital deverá ser retirado e ou solicitado na Gerência de compras e Licitações Públicas - GABEX, situada à Rua Marechal Floriano Peixoto nº. 458 – Centro.

13.12. Fazem parte integrante deste Edital, os seguintes elementos:

- Anexo I - Memorial Descritivo de Serviços
- Anexo II - Modelo de Proposta
- Anexo III – Minuta de Contrato.

13.13. Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital, das condições gerais e particulares do objeto da presente licitação e não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta, não sendo aceitas reivindicações posteriores sob quaisquer alegações.

13.14. A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL reserva-se o direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses ou anular ou revogar a presente licitação sem que disso caiba aos participantes o direito de reclamação ou indenização.

13.15. Onde este Edital for omissos prevalecerão os termos da Lei Federal Nº 8.666/93 e demais legislação em vigor.

Rio Grande, 14 de novembro de 2012

Regimar Hernandez da Rosa
Gerente de Compras e Licitações Públicas